



“Um muro, nós merecemos” – discursos de segurança e suas resistências em um condomínio paulistano

Letícia Canonico de Souza
(UFSCar)

Resumo: Ao caminhar por São Paulo, é possível perceber a grande quantidade de muros, grades, câmeras no ambiente da cidade. A existência desses aparatos de segurança instiga diversos estudos sobre a questão securitária. Realizo, nesse sentido, uma breve retomada histórica sobre a formação do espaço urbano da cidade de São Paulo, dando destaque ao surgimento e expansão dos condomínios fechados. Haja vista o que é trazido pela literatura acerca deste assunto, procurei apresentar aquilo que se diz sobre os motivos para explicar tal expansão, momento no qual observei um aspecto central, qual seja: o medo do crime. Após essa apresentação, pauto a proposta de fechamento do conjunto de prédios, quando questionei se a motivação para isto seria o medo do crime, o discurso securitário. Durante pesquisa de campo, pude encontrar discursos de segurança, assim como resistências a esses, que se tornam interessantes de explorar.

Palavras-chave: Condomínios; urbanização, medo do crime; resistências, segregação espacial.

Abstract: Walking through São Paulo, we can perceive a lot of walls, fences, cameras, those security facilities brings different studies about the security question. In this article I do a brief review about the São Paulo's urban conformation, giving special attention on the expansion of gated communities. On considering studies about it I tried to show what was the justification for this process of expansion that was the fear of crime. After this part, I describe about the local area where the motion has been made, which instigate the questioning of their reasons, if they were the fear of crime. During the field research I could found discourses of securities so as resistances to them, which come interesting to explore.
Key-words: Gated communities, urbanization, fear of crime, resistances, spatial segregation.

¹Para mais detalhes sobre a caracterização dos modelos de segregação, ver Caldeira (2000).

Introdução

O surgimento e expansão dos condomínios fechados no estado de São Paulo é um objeto de estudo que ganhou grande abrangência principalmente após os estudos de Caldeira (1997; 2000). É central, para a constituição do argumento presente, a caracterização dos modelos de segregação, os quais a autora percebe ao traçar uma história da constituição urbana dessa cidade, sendo que cada período é marcado por alguma forma de operacionalizá-la¹.

Quando caracteriza a expansão dos condomínios fechados, Caldeira (2000) se refere a um modelo de segregação que não diz respeito mais às diferenças entre centro e periferia, mas sim a uma segregação pelos muros, pode-se dizer simbólica. De acordo com a autora, o medo do crime, o qual é caracterizado por “todos os tipos de conversas, comentários, narrativas e piadas que têm o crime e o medo como tema, apontando exemplos empíricos e casos individuais” (2000, p. 27), deve ser considerado como aspecto central para a compreensão do fenômeno de expansão de tipo de moradia.

Procuro discutir neste artigo aspectos sobre os discursos securitários, relacionados ao processo de expansão dos condomínios fechados na cidade de São Paulo, assim como as resistências a esses discursos. A discussão proposta se baseia no que pude apreender durante minha pesquisa de campo em um conjunto de prédios localizado na zona noroeste de São Paulo, local que não foi planejado para que fosse fechado, mas que passou por um processo de fechamento no decorrer dos anos, sendo feita em 2010 uma proposta cunhada: “Um muro, nós merecemos”, para seu fechamento total. Para constituir meu argumento, realizo uma breve historização acerca da formação dessa cidade, com destaque ao contexto de surgimento e expansão dos condomínios fechados. Neste sentido, é interessante destacar, como foi apontado anteriormente, a relação entre o apelo securitário – relacionado ao medo do crime – e a expansão do tipo de moradia. Para tal finalidade, considero o argumento de Caldeira (1997, 2000), Rolnik (2001). Considero também, no decorrer de tal debate, a ideia do medo do crime, da violência e do controle sendo discutida por diversos auto-

res, entre os quais Adorno e Lamin (2006), Chesnais (1981), Lagrange (1985) e Misse (2008), tendo como referência ainda a ideia de uma dramatização da violência.

Com isso em vista, torna-se possível desdobrar a discussão referente à experiência de campo, a partir da qual se pode discutir o desejo de que o local seja murado, o discurso da segurança e as peculiaridades que podem ser destacadas. No decorrer da pesquisa, percebi a existência de um apelo securitário que justificaria a ocorrência do processo de fechamento do conjunto de prédios. Entretanto, as propostas de fechamento não são todas aceitas, o que se torna interessante para a análise. Pretendo, portanto, valorizar esse aspecto e explorar o conflito entre aqueles que querem que o espaço seja exclusivo aos moradores e aqueles que resistem a isso.

A entrada em campo foi facilitada pelo fato de ter morado durante um longo período da minha vida no conjunto de prédios, o que também me permitiu perceber as mudanças pelas quais ia passando no decorrer do tempo, assim como permitiu maior proximidade dos atuais moradores e gestores do espaço no momento de darem depoi-

mentos sobre o que acontece no local, com os quais realizei entrevistas semiestruturadas, que auxiliaram minha problematização do tema proposto.

Procuro, afinal, expor as problematizações possíveis acerca da temática da expansão dos condomínios fechados enquanto processo relacionado ao medo do crime. A partir da discussão que se desdobra no texto do presente artigo, busco elucidar o que proponho.

1. A formação de São Paulo

“A cidade é obra de uma história”

H. Lefebvre

Para constituir um breve histórico da constituição da cidade de São Paulo, retomo o argumento de Rolnik (2001) e Caldeira (2000). Rolnik (2001) afirma que, em um primeiro momento da história da cidade, o centro foi ocupado pela elite, existindo um planejamento urbano de habitação para esse grupo, em contraposição, os locais próximos às ferrovias e várzeas, não distantes dessa região, associados à loca-

lização de espaços de trabalho, eram ocupados de maneira irregular por classes de menor poder econômico, aspecto também destacado por Caldeira (2000).

As autoras apontam mudanças que a cidade de São Paulo passou, a partir de 1930, em decorrência da influência do pensamento urbano de Prestes Maia, que ampliou, nos anos 1940, a malha urbana por meio de vias, como as Marginais e a 23 de Maio, interligando o centro às periferias, ampliando e transformando, assim, a região considerada central. Rolnik (2001) destaca ainda esse momento como aquele em que o centro passa a ser uma área privilegiada para o comércio, em detrimento de uma região de moradia. Além disso, o local se torna de mais fácil acesso ao transporte público (e não aos carros), momento no qual a elite abandona a região.

Nesse contexto, a cidade inicia um processo de expansão para os eixos periféricos, ampliado, nos anos 1970 e 80, com o aumento do número de carros, do número de vias, especialmente, a construção do Elevado Costa e Silva, apontada por Silva (2005) como um dos principais fatores para o processo de degradação da

região central de São Paulo. Segundo Caldeira (2000), a mudança de atividades econômicas na cidade de São Paulo, nos anos de 1980, trouxe alterações no espaço urbano, para a autora “as áreas industriais mais antigas sofreram processos de deterioração e *gentrification*” (1997, p. 158) e alguns lugares “centrais” viraram cortiços, já alguns “periféricos” transformaram-se em locais da classe média, “alguns dos quais condomínios fechados” (1997, p. 158). De acordo com a autora, é no ano de 1973, na região no Morumbi, zona sul da capital, que surge o primeiro enclave fortificado, dado às novas possibilidades de zoneamento. Os enclaves fortificados são definidos pela autora como:

um tipo de empreendimento de múltiplas residências, sobretudo edifícios, invariavelmente fortificados, com entradas controladas por sistemas de segurança, normalmente ocupando um terreno com áreas verdes e incluindo instalações para uso coletivo. Na última década eles se tornaram o tipo de residência preferido dos ricos. (2000, p. 243).

Nesse sentido, portanto, não seria

possível entender a lógica da cidade segregadora, caracterizada por Caldeira, pelas distâncias geográficas, mas sim por outra lógica. Os condomínios fechados – os quais diversas vezes fazem fronteira com bairros caracterizados pela pobreza – são essa nova marca.

[...] os enclaves fortificados – prédios de apartamentos, condomínios fechados, conjuntos de escritório ou *shoppings centers* – constituem o cerne de uma nova maneira de organizar a segregação, a discriminação social e a reestruturação econômica em São Paulo. Diferentes classes sociais vivem mais próximas umas das outras em algumas áreas, mas são mantidas separadas por barreiras físicas e sistemas de identificação e controle (2000, p. 255).

Assim, as análises anteriormente citadas podem fazer pensar que São Paulo se tornou, portanto, “uma cidade de muros em que a qualidade do espaço público está mudando imensamente e de maneiras opostas àquilo que se poderia esperar de uma sociedade que foi capaz de consolidar uma democracia política” (CALDEIRA, 2000, p. 255).

Em contraponto a tal visão, Magnani (1998) argumenta que a cidade é diversas vezes caracterizada como o espaço da segregação, onde não há espaço para a sociabilidade, na qual as pessoas não se encontram, não estabelecem vínculos. Retoma, então, o argumento de Simmel sobre a metrópole, dizendo que ela altera a concepção de sociabilidade, que coloca a metrópole como um local que tem o solo fértil para a reciprocidade. Ao transpor esse argumento para a realidade da cidade de São Paulo, o autor coloca em evidência a ideia de que a cidade pode ser pensada enquanto um espaço de trocas, indo contra autores que veem a cidade como espaço de segregação, não excluindo que exista conflito, mas não o colocando enquanto aspecto único. Traz, portanto, um olhar mais positivo da cidade, como um local que as pessoas usufruem, tendo como argumento o fato que, em vez de olhar de longe, se pode olhar de perto e é possível entender as escolhas feitas pelos moradores diante da ocupação da cidade, não olhando apenas uma dimensão macro, que considera apenas o aspecto do não desenvolvimento da democracia no Brasil, por exemplo.

1.1. Muros para quê?

Caldeira (1997, 2000) concluiu que o motivo principal do surgimento dos enclaves fortificados é o medo do crime. O grupo que habita tais empreendimentos seria aqueles que querem abandonar “a esfera pública tradicional das ruas para os pobres, os ‘marginalizados’ e os sem-teto” (2000, p. 211). Os enclaves representariam, então, a proteção do espaço público caracterizado enquanto um espaço do crime, da violência, da insegurança.

O argumento de Cubas (2002) quanto à privatização dos aparelhos de segurança parece tomar um ponto de referência parecido ao de Caldeira. Viviane Cubas (2002) aponta um choque entre as esferas pública e privada no que concerne à segurança, dizendo que, quando é deixada uma brecha pelo Estado no que se refere à sua obrigação quanto à segurança, esta é ocupada por formas particulares de segurança. De acordo com a autora, a segurança privada cresce no momento em que o Estado não consegue suprir a demanda por segurança.

Pode-se concluir a partir desses argumentos, portanto, que o surgimento dos



²Considerando alguns trabalhos em contextos diferentes, é possível perceber várias falas que justificam seus medos. Em uma interlocução no VI Congresso Português de Sociologia, no ano de 2008, Marta Martins busca apresentar os motivos de estarem sendo construídos condomínios na cidade de Lisboa, destacando a noção da ocupação do espaço, dos significados simbólicos atribuídos aos locais, como são estabelecidos espaços fechados que impedem a circulação de determinadas pessoas em alguns espaços. A autora pode notar uma fala em comum dos interlocutores sobre o medo, a transformação nas cidades e uma necessidade criada de se isolar em empreendimentos como os condomínios fechados, que as protegem de vários elementos presentes na cidade, como o barulho, o perigo.

condomínios fechados se relaciona ao aumento da sensação de insegurança. A resposta a esse sentimento é a construção de muros, ou a obtenção de aparatos de segurança privados, desde cães a vigias de rua, assim como a formação de grupos comunitários para que se combata a violência, “é um sintoma de insegurança pública frente ao aumento da criminalidade” (2002, p.56). Haja vista precisamente o argumento que referencia o medo do crime como o principal motivo para o surgimento dos condomínios, retomo o que é dito por diversos autores diante desta questão.

Para Adorno e Lamin (2006), o crime é uma das principais preocupações do cidadão comum. Argumentam que mesmo que as pessoas não tenham um contato direto, pessoal, dizem conhecer alguém que teve contato com o crime. O medo, para os autores, pode ser relacionado a diversos fatores, como, por exemplo, a mídia, a qual dissemina notícias de fatos violentos. Na atualidade, em uma sociedade marcada pela velocidade da veiculação das informações, isso se torna cada vez mais intenso. Conforme esse argumento, é possível lembrar o que é dito por Whyte (2005) so-

bre as representações dos espaços da cidade, segundo o autor “o jornal concentra-se na crise – no evento espetacular.” (2005, p. 20), os dados “ruins” são explorados com intensidade, tendo um reflexo considerável nas ações em geral que acontecem na cidade, como, por exemplo, considerar espaços como potencialmente criminosos, perigosos, tem estreita relação com o que a circulação de informações constrói.

O medo teria, então, relação com a comunicação, circulação de informações, histórias. E isso poderia se relacionar a uma nova configuração da cidade que não quer deixar espaço para o crime. “As imagens de pureza são substituídas pelas do perigo permanente e iminente” (LAMIN, C.; ADORNO, S., 2006, p. 153), o espaço público fica estigmatizado por esse perigo. Por essa sensação, as pessoas querem fechar suas casas, se proteger com grandes muros, adquirir sistemas de segurança pessoal e seguros².

É importante dizer que essa violência exposta nas notícias é marcada por estigmas, os quais (que) causam o medo de determinados segmentos da população. Portanto, as reações de medo são pa-

dronizadas, traduzindo a disseminação de preconceitos contra pessoas ou grupos responsabilizados pelas ameaças ou potenciais agressões, e esse medo produz diversos efeitos. O medo tem, portanto, a ver com

uma prática social que estabelece fronteiras sociais entre ricos e pobres, entre burgueses e operários (...) dissemina-se sob múltiplas formas: medo do contágio social e moral entre os desiguais; medos das cidades, lugar atravessado por ruelas escuras ou avenidas largas ocupado por prédios muito altos (...) É também lugar privilegiado para a ocorrência de ilegalidades das mais distintas ordens, inclusive crimes violentos que se escondem sob o manto da impunidade (LAMIN, C.; ADORNO, S., 2006, p. 157).

Os medos também podem ser pensados a partir de transformações sociais que estão ocorrendo. Neste sentido, retomo o argumento de Chesnais (1981). O autor afirma que as transformações sociais nas sociedades ocidentais contribuem para o aumento do medo e da insegurança. É importante salientar que, para este, a violência não é algo novo, ela existe nos tempos



³A delinquência aumenta, entretanto, porque mais práticas passam a ser consideradas delinquentes (MISSE, 2008; BECKER, 2008), pode-se ter como exemplo a ideia de um aumento da riqueza e o conseqüente aumento de desejo de protegê-la. Baseado nos argumentos contidos de Elias (1990), Chesnais conclui que a própria diminuição da violência coopera para o sentimento de insegurança. Por isso é problemático dizer que o aumento de insegurança se deve ao aumento da violência real. O apelo à segurança privada serve para que se venda bem o medo segundo Chesnais.

atuais, mas não se pode afirmar que seja extrema, podendo-se comparar à antiga violência. Assim, é possível relativizá-la tendo em vista o que já aconteceu. Há diversas ações na vida social que demonstram isso, como, por exemplo, as novas regras de educação na escola. Após isso, o autor evidencia uma série de transformações sociais ocorridas nas sociedades ocidentais desde meados do século XX que cooperam para o aumento do sentimento de insegurança e medo, como o aumento da delinquência³, a racionalização dos dispositivos de segurança, o progresso do espírito democrático e a redução das taxas de violência.

Já Lagrange (1995), que diz pretender fazer uma reflexão sobre a história do crime e o sentimento de insegurança do século XVI aos nossos dias, afirma querer um pouco ambiciosamente realizar um prolongamento das análises de Elias (1990) sobre a gestão da violência e das emoções nas sociedades ocidentais. Então, afirma Lagrange, que aquilo que consideramos enquanto violência na atualidade já foi considerado um ato de civilidade. Isso representa as novas formas de se definir o que

seja um ato violento, pois a preocupação securitária não é nova, ocorre que ela era destinada a outro tipo de evento. Há, então, uma criação de classes sociais que são estabelecidas como as que roubam e aquelas que são roubadas, o que é, conforme o autor explica, um fator histórico. Em diferentes tipos de momentos e situações da vida que suscitam distintas sensações de medo, insegurança, a configuração social parece ter importância.

Para ele sempre houve algum tipo de demanda por segurança, mas ocorrem mudanças no decorrer do tempo e essas demandas se alteram por exemplo, a concepção de se murar uma cidade tinha um sentido distinto ao que tem hoje em dia de murar um conjunto de prédios. Ou seja, antes os muros atrelavam-se ao medo de revoltas, de intempéries, o sentido hoje atribuído aos muros dos prédios relaciona-se à segurança, à distinção ou à especulação imobiliária, por exemplo.

O autor faz uma crítica à ideia de que o medo do crime é criado por algo que não a convivência com a violência, mas relativiza que a violência tem diversos sentidos, que se transformam conforme a situação

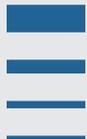
na qual a pessoa se encontra. São diferentes percepções de vitimização. Por exemplo, quem não foi vítima de uma agressão não tem a mesma percepção de vitimização de uma pessoa que foi. As transformações sociais na vida cotidiana podem ser um motivo para que o medo do crime aumente.

2. “Um muro, nós merecemos”

Apresento, neste tópico, o modo como se deu a formação do conjunto de prédios que analiso. Para isso tenho enquanto referência o documento de entrega do local, as falas de moradores, notícias do jornal do condomínio – no qual se expõe mensalmente as decisões e discussões sobre o que acontecia no local.

O local eleito para análise surgiu nos anos 80, momento caracterizado como de surgimento e expansão dos enclaves fortificados. Localizado na região oeste da cidade de São Paulo, no bairro do Piqueri, o conjunto de prédios chamado “Projeto Bandeirante” foi entregue aos moradores no ano de 1981.

A princípio, este contava com um con-



⁴Modo como os moradores entrevistados costumam chamar os moradores que fazem fronteira com o espaço do condomínio.

junto de seis prédios, com uma média de 17 andares em cada um, e seis apartamentos por andar. Depois de cinco anos, foram entregues mais seis prédios, o que se tornou um conjunto habitacional de doze prédios, que foram divididos em duas fases dentro do regimento do condomínio, para que se tornasse mais simples legislar sobre as decisões condominiais. Alguns desses prédios tinham apartamentos com três dormitórios, outros com dois. Eles eram habitados por moradores de classe média. Os prédios tinham entradas simples, sem grades que separassem sua entrada, ou seu jardim das calçadas. Assim como diversas áreas do condomínio não eram separadas por grades, existiam caminhos por detrás dos prédios, em meio a algumas árvores, que eram parte do jardim desses.

No momento em que foi entregue aos moradores, o conjunto era completamente aberto, mesmo a linha de trem que faz barreira com ele não era separada por nada, o que mudou algum tempo depois, cerca de dois anos (1983), por conta da entrada de moradores “do outro lado da linha”⁴ para roubar extintores de incêndio dos prédios, os quais não tinham aparelhos de seguran-

ça, nem mesmo porteiros para todos eles. Em decorrência disso, foi feito um acordo com a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) para a colocação de um muro que visava além da segurança das pessoas, no sentido de não entrarem na linha de trem. O espaço não seria mais tão propenso à invasão dos moradores “do outro lado”.

Em 1991, foram construídos mais três prédios, formando outra fase. Estes contavam com as mesmas características dos outros prédios. É interessante notar que esse local, no plano de construção do conjunto de prédios, foi planejado para ser uma área de lazer, mas como houve problemas quanto ao investimento, esta foi abandonada, ficando restrita a um *playground*, que aproveitava o espaço acima da garagem a cada dois blocos. Estes compartilhavam a área de lazer.

Apesar de nesse momento já contar com algumas restrições quanto à entrada de carros, sendo que só era permitido entrar sem dizer nada quem tivesse a identificação por meio de adesivos, não existia um controle tão estrito quanto às pessoas que entravam no local. No decorrer dos anos,

isso começa a ser discutido. Algumas medidas passam a ser pensadas, argumentando-se pela segurança dos moradores e como o espaço ficaria escasso caso não houvesse um maior controle de sua ocupação.

Por volta de 2001, foi construído um novo conjunto de prédios dentro do condomínio, este conta com seis blocos que são fechados por portões e grades que não permitem que outros moradores do condomínio entrem sem que sejam avisados aos moradores desse novo local. Nesse existe um clube com piscina, uma novidade diante dos outros prédios. São caracterizados por moradores de maior poder aquisitivo segundo os relatos dos antigos moradores. A diferenciação de utilização do espaço começa a se tornar evidente, moradores dos outros prédios reclamam o fato de não terem o livre acesso ao novo conjunto de prédios, argumentando que o espaço deveria ser de comum acesso a todos e não restrito por meio de interfones que avisam aos moradores que alguém está entrando. Também afirmam que os moradores de tal conjunto de prédios continuam a usufruir da área restante do condomínio, levam, por exemplo, seus cachorros para passear,



⁵O advento de uma tecnologia mais acessível pode explicar tais fatos.

⁶Fala, sobretudo, realizada por moradores mais novos, entre 15-30 anos dos blocos mais antigos.

⁷Existe uma locadora de filmes, uma banca de jornal, um pet-shop, uma imobiliária, uma vendedora de móveis e uma lanchonete, as quais pagam o aluguel de salas para a administração, além de uma pizzaria, que foi construída no espaço de lazer de um ginásio de esportes que foi construído para uso comum dos moradores.

sendo que não podem utilizar as quadras daquele espaço.

Entretanto, após ter sido feita a construção dos novos prédios, pôde-se perceber algumas mudanças nos outros blocos. A colocação de grades nos jardins, assim como a de câmeras nos prédios mais antigos se torna crescente⁵. No momento da construção, esses aparelhos ainda não eram tão utilizados. Um debate interessante a se pôr em chave de discussão é que a colocação de câmeras de vigilância não coincide com nenhum fato violento, como algo que os moradores tenham relatado enquanto tal, mas a ideia do risco de que aconteça alguma coisa parece evidente para alguns, o que justificou a colocação desses aparatos de segurança.

Em 2003 foi construído outro conjunto de seis prédios fechados por uma portaria pessoal, caracterizado por prédios mais modernos, de apartamentos maiores, com um clube com piscina e quadras. Esse novo conjunto também é percebido pelos moradores mais antigos como um local no qual as pessoas que têm mais dinheiro moram, sendo diversas vezes tais consideradas como *playboys*⁶.

É um espaço no qual se pode dizer que o conflito se evidencia, o tratamento dos seguranças privados é, segundo relatos, diferenciado aos moradores desse local, muitos afirmam que os seguranças pouco deixavam que se aproximassem dele, o que é questionado. A ocupação do espaço é vista como uma preocupação, pois as pessoas desejam liberdade de circular nele e ocupá-lo.

A colocação de placas que diferenciam a entrada de moradores e dos visitantes – como uma forma de marcar quem tem acesso livre e quem deve se questionar se pode entrar – que deve prestar informações é algo que aumenta ao longo do tempo. No período em que surge esse novo conjunto de prédios, percebe-se que isso é algo que acontece com grande intensidade. Apesar de não ser permitido barrar pedestres não moradores, são colocadas catracas separadas para moradores e não moradores que entrem caminhando. É o momento em que parece ser possível dar destaque à existência do discurso securitário, o medo do crime se torna mais intenso e evidente.

Nesse período, também aumenta a quantidade de comércios internos no con-

domínio. Foi inaugurado ao lado dele, em 2004, um supermercado, que acarretou a proibição da feira realizada por não moradores, assim como no fechamento dos pequenos trailers que vendiam artigos em geral. A administração passou a controlar os comerciantes⁷.

Em 2010, foi iniciada a construção de um muro que pretendia barrar o acesso dos usuários da CPTM ao condomínio, assim somente os moradores poderiam entrar diretamente no condomínio. O que, entretanto, não pode ocorrer, já que o muro estava sendo construído dentro de uma via que é pública, a parte da obra que foi realizada continua no espaço e o debate sobre a sua validade é ainda feito. Entrou em discussão no mesmo ano a implantação de um muro que fecharia definitivamente o condomínio, tendo como lema favorável a esse processo “Um muro, nós merecemos”, por conta dessa proposta, ocorreram diversos debates que evidenciaram a existência de resistências ao murar, o que explica o motivo de se colocar em questão o que foi proposto no trabalho.

É interessante, a partir destes dados, lembrar o que é apontado por Degoutin

(2006), a saber, que o fenômeno do gradeamento é muitas vezes confundido com um local fechado para os ricos. Isso permite, segundo ela, que os moradores de lá – espaços fechados – sejam representados como uma população rica, segregacionista, paranoica e reacionária. Mas se pensarmos bem, segundo ela, a realidade não pode se reduzir a esses estereótipos. É simples estabelecê-los e colocar a culpa em apenas uma classe dominante. Entende-se ser possível ir além da relativização de Degoutin e afirmar que há diversos outros caminhos para além de uma vontade de se separar, entendendo que é evidente um discurso securitário, assim como segregacionista, mas é necessário dar espaço ao conflito que pode existir nesse processo.

Os relatos dos moradores mais antigos me pareceu um recurso interessante para retomar a história do local e compreender os discursos securitários, bem como suas resistências. Apresento agora o que interlocutores que foram morar no condomínio no momento do lançamento dele dizem sobre tal questão, o que orienta um panorama de sua visão sobre as mudanças no local.

Ana tem por volta de 55 anos, trabalha como secretária da administração do condomínio há cerca de 10 anos, tendo acompanhado o trabalho de alguns síndicos:

A: Eu moro aqui desde que entregaram. Isso foi em 1981...

Eu: E era de qual a qual prédio?

A: Do 1 ao 12.

Eu: E eles sempre foram abertos?

A: Sempre, sempre. Depois de, quer ver, cinco anos é que colocam o arame a tela, por conta de época, inclusive na frente só tinha uma guaritinha pequeninha onde ficava o guarda. Depois de dez anos é que foi feito outro conjunto de 3 prédios. A fase um e dois nunca foi fechada, era tudo aberto aquele jardim naquela época, depois que foi posto a tela pra todo mundo, com portãozinho simples, a fase 3, faz pouco tempo que fechou, colocou a biometria. A [fase] 4 foi feita um pouco depois, tinha grade, fizeram esse muro no ano passado, então já murou, murou aquelas parte assim, mas o fundo do 21 é grade ainda. A fase 5 já foi feita murada.

Eu: Por que muraram a fase 4?

A: Ah, é aquela história. Dividiram em fase

né? A fase um é tal, dois, tal, mas na realidade não poderia ter feito o muro, vamos lá, porque a parte de baixo é uma parte nossa, dos moradores, ele abocanhou tudo. Uma parte do Village é nossa, tá até na justiça, mas assim, o muro só teve por quê? Estreliismo de quem tá no comando. Ele foi muito questionado por que ter o muro. E quem fez a fase 1, 2 e 3 era a GDH. A fase 4 e a 5 foi uma companhia de engenharia de Brasília que fez, já era do planejamento ser fechado. A justificativa de colocar o muro é que tem proteção a mais, as pessoas da outra fase não entram, essas pessoas que passam pela rua vão ao mercado, no trem e sobem por aqui, a justificativa é proteção.

Eu: E teve também a proposta de murar pra fase um e dois, não?

A: Sim, mas a ideia de fechar aqui é redução de despesas, a folha de funcionários nossa caia, se fizer só duas portarias, os prédios não precisam ter portaria. A folha cai na metade na minha fase. O meu condomínio abaixa por causa da folha. Teve também em 2010, lembra o Gustavo, lembra o síndico antigo? Ele fez até uma amostra, lembra daquele murinho? Tão bonitinho. Ia ficar até uma floreira. Ia ser até lá no final. Alguns

moradores do 4, 5 e 6 [blocos de prédios] não quiseram construir o muro por quê? Porque não enxergavam o carro que estava na rua 'preta' (sic) que é da prefeitura, não é nossa rua, então, mas houve-se uma assembleia, levaram um monte de procuração não aprovando o muro, se tivesse fechado no ano passado inteirinho, o muro de fora a fora, ia só ter um portão. Só pelo corredor chegava na estação, mas não quiseram, pura politicagem, uma pena, a gente que é moradora antiga...mas é pena porque podia melhorar, mas tem um bom grupo que quer atrapalhar, a palavra certa é atrapalhar.

Eu: Mas esse muro tem a ver com segurança?

A: Não, veja bem, se põe um muro, fecha na frente do 7 e 8 e fecha lá e fecha tudo, os moradores vão entrar tudo pela portaria central. A rua preta(sic), a rua não é nossa, é da prefeitura. (31/08/2012)

Após algum tempo de conversa ela fala sobre a situação do atual (2012) síndico, que, segundo ela, "está grave", porque ele realizou a demissão de empregados de longo prazo e fez gastos com reformas que muitos consideram inúteis. Além do fato de

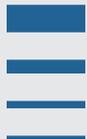
ele querer implementar o TAK (sistema de controle de entrada de carro, como o Sem Parar). Não houve concordância nas reuniões, mas houve uma insistência, mediante o pedido de sugestões por meio do jornal do condomínio. Outra proposta que fez mais sucesso entre alguns grupos de condôminos é a implementação da biometria, que serviria para todos os pedestres, sendo que uma das entradas do condomínio dá acesso à rua pública, nela seria instalada a biometria, mas só poderia ser utilizada caso o condomínio se fechasse por completo. Nos conjuntos de prédios que já são fechados, o sistema seria implementado. Entretanto, segundo depoimentos, há tempos que tentam fazer com que se instale o sistema, mas as dificuldades são diversas, como, por exemplo, o não comparecimento dos moradores para realizar o cadastro e também a incapacidade de organização dos dados.

Quando converso sobre o processo de fechamento e suas consequências, questiono caso o condomínio fosse completamente fechado, se poderia haver comércio e a resposta é que não poderia. Mesmo sendo aberto, os comércios existentes são irre-

gulares, até mesmo a área de lazer passa por esse problema. A prefeitura já chegou a dar uma multa, mas isso não se resolveu. Podem-se notar as porosidades entre o legal e o ilegal. Há, por exemplo, deputados que, defendendo o desejo de alguns moradores de fechar o condomínio, procuram tornar a rua pública privada.

Em outra conversa, pergunto a um ex-morador, que tem por volta de 65 anos e é funcionário público, sobre sua percepção acerca das mudanças no espaço do condomínio, tendo como referência o momento de entrada, por volta de 1982, e saída, o ano de 2012, e a resposta é a seguinte

W: Muitas mudanças no espaço. Vão desde uma preocupação cada vez maior em fechar e controlar a circulação tanto dos pedestres, quanto dos carros pelo espaço público dos prédios, colocando guarita na entrada, fechando a entrada para o trem, etc. Isso não foi só no condomínio, mas também no bairro em frente ao condomínio - Vila Taiaú - lá também iniciaram com carros de segurança percorrendo as ruas de madrugada e com aquele apitinho insuportável, lembra? Aumento brutal no número de carros; difi-



culdade cada vez maior em encontrar vaga para estacionar nas ruas do condomínio etc. Com isso, diminuição dos espaços para andar a pé e também mais perigosos para andar a pé, ou de bicicleta com as crianças; Isolamento dos espaços públicos, grades, cercas, e fechamento da feira livre, da banca de jornal que ficava na passagem para o trem, fechamento das barracas/quiosques que vendiam pão, leite, frutas e verduras. (3/07/2012)

É possível notar nesses dois discursos diferenças no modo como percebem as mudanças no espaço. Um tem um tom de como as coisas melhoraram no decorrer do tempo, sendo que alguns atrapalham quando não querem que o condomínio se feche. Já o outro acredita que as mudanças foram prejudiciais, inclusive destaca que foi um dos motivos para que quisesse deixar o condomínio. Assim, o conflito entre as ideias sobre fechar e não fechar parece se tornar evidente. Há diversas variações nos discursos que não permitem estabelecer o condomínio como uma coisa só.

Existe, por exemplo, a ideia de que a constituição do espaço enquanto um con-

domínio fechado valoriza o espaço e isso é avaliado de formas diversas. Alguns acreditam que isso é positivo, porque poderão obter lucros caso vendam suas casas ou também porque terão mais tranquilidade, o que lembra um argumento recorrente nos estudos sobre condomínios, que é o das propagandas feitas para esse tipo de moradia, nas quais se valoriza a separação de um modo de vida da cidade, onde se fala da segurança que pode proporcionar.

Já outros acreditam que, ao se fechar completamente o espaço, haverá maior o risco de invasão por ladrões, já que vai parecer que há motivos para que se aumente a proteção. Isso pode parecer como (configurar) uma nova maneira de pensar a segurança, o que já foi debatido por alguns urbanistas, tendo em vista uma melhor forma de se pensar a segurança de uma cidade, em vez de fechá-la, abri-la, tornando visível a vida de todos, haveria mais segurança, o que entra em conflito com algumas recomendações presentes em debates com órgãos de segurança pública.

2.1 Condomínio cotidiano

Normalmente, quando chego ao condomínio, os moradores com os quais tenho contato me relatam as últimas coisas que aconteceram por lá. Um dos dias que cheguei, havia ocorrido uma briga com o segurança, por ele “perseguir alguns moradores por conta de *fumarem um*”, além disso, alguns dos meninos, do grupo sentado nas calçadas, reclamam da perseguição dos seguranças pelo fato de estarem se reunindo no espaço debaixo dos prédios. Isso se mostra evidente com mais um fechamento de espaço do condomínio, uma escadaria que antes era de livre circulação dos moradores é fechada apenas para os moradores de alguns prédios, a notícia do jornal do condomínio relata o seguinte:

Devido às inúmeras reclamações dos moradores dos blocos 2, 3 e 4, o Conselho da fase 1, em conjunto com a administração, fechará, a partir de julho com porteiro eletrônico, o escadão localizado próximo à pizzaria com acesso aos respectivos blocos. Principalmente aos finais de semana, muitos jovens e adolescentes utilizam o local para

⁸Quanto a esse caso, é interessante destacar que os moradores em geral do condomínio usavam a escada que foi bloqueada para a circulação, quando foi fechada, muitos continuaram a usar esse local, dizendo ao porteiro que entrariam em suas casas, ou como o portão que foi colocado em uma das partes é baixo, eles passaram a pular para fazer o mesmo uso que anteriormente faziam. Isso lembra um diálogo com alguns dos seguranças do condomínio que afirmou que até mesmo se fechar tudo de uma vez não vai adiantar muito, as pessoas dão um jeito e entram.

se reunir, fazendo muito barulho após as 22 horas, causando transtornos aos moradores locais. Como a área é de acesso exclusivo da Fase 1, somente os moradores dos blocos 2, 3 e 4 poderão acessar este local através do interfone local, que será instalado pelos nossos funcionários, comunicando-se com o porteiro dos respectivos blocos, para a abertura do portão. (Jornal do Condomínio jun./2012)

O que gera constrangimento por parte de alguns moradores, sobretudo nos jovens, como pode ser percebido no debate em redes sociais:

X: Fecharam o escadão que dá acesso ao ginásio, um absurdo, pois só moradores do bloco 2 poderão usar, todo mundo está de acordo ?

E: Mais uma palhaçada!

M: Estão me privando do direito de ir e vir!

J: Izzii!!! Que palhaçada é essa!!!

M: Verdade, Zé, só moradores do bloco 2. Esse Portal tá virando uma putaria nessa porra! Temos que mostrar que nós que moramos aí e não tem q ter essas porras de portãozinho.

W: mano... O cara diz que é engenheiro... Ganhou a eleição e tá fodendo com tudo... Limitaram mais vagas do que liberaram... A partir do bloco 6, só temos uma mão na via de acesso de carros... Encheu a calçada de pinos que não dá pra enxergar na hora de estacionar... Na moral, mais essa agora... Esse maluco tá de brincadeira mesmo...

Cara todos nós temos que fazer alguma coisa, só a gente pode fazer alguma coisa!

W: vamos nos organizar aí e tomar uma atitude... senão, não vai parar essa porra... tá fazendo o que der na telha, e se ninguém se manifestar, a tendência é piorar...

F: essas grades nem deviam estar no lugar que estão, não tem necessidade nenhuma, sendo que pagamos uma segurança, que de há tempos é ineficiente para o condomínio, porque não consegue controlar nada, não são capacitados para fazer essa segurança especializadas, colocar policia a paisana também é ineficiente, sendo que eles não se movem para conter essa criançada e não sabem como lidar com a situação.

F: Alguns moradores desceram para tentar expulsá-los do local, aí gera conflito, aí esses seguranças que deviam ser capacitados e saber lidar com a situação e quer usar da força,

aí já fica tudo bagunçado, o tumulto de verdade, aí como o síndico não sabe lidar com isso faz o que, a coisa mais fácil, colocar grades para fechar os acesso, mas e aí será que isso realmente adianta??? Para muitos moradores isso gerou um transtorno... Não resolve em nada, e cria mais dor de cabeça.

É interessante notar os conflitos etários no debate, os mais jovens são tidos como culpados pelo tumulto que justifica a necessidade de colocar uma grade que barra o acesso dos próprios moradores do condomínio. Alguns moradores não querem ser barrados para circulação, entretanto, alguns concordam que há jovens que fazem barulho, mesmo que não concordem plenamente com as grades, e é quase consenso que os seguranças deviam fazer algo que barrasse isso e não impedisse a circulação. Ocorre, também, uma discussão quanto ao número de carros de visitantes que tornam o espaço caótico, alguns argumentam favoravelmente a limitar a entrada desses, outros não⁸.

Isso lembra o que é colocado por Caldeira (2000) diante da discussão dos conflitos internos aos condomínios, quando



⁹Em alguns conjuntos, os carros são estacionados um à frente do outro, caso seja necessário, por algum problema, pode-se interfonar para o morador dono do carro à frente para que retire o carro.

há embate entre moradores e seguranças. Trata do choque entre as ordens privada e pública dentro dos condomínios fechados. Como há leis internas ao condomínio que são diferentes de uma ordem pública, segundo ela, “Os adolescentes das classes altas tratam esses seguranças como seus empregados e se recusam a obedecê-los: eles ameaçam os seguranças de origem humilde de serem demitidos por seus pais se insistirem em incomodá-los com seus regulamentos” (2000, p. 279). Apesar da diferença de classe entre moradores e seguranças, que não é tão alta no condomínio, é possível perceber esse conflito entre a ordem privada e pública diante das regras, ou seja, o que se estabelece como regra dentro do condomínio é algo problemático, assim como as ordens dadas aos moradores pelos seguranças, relatadas, diversas vezes, como abusivas.

Fato interessante para pensar diz respeito à entrada da polícia em uma noite no condomínio, para verificar se os que estavam consumindo bebidas alcoólicas eram maiores de idade, o que gerou uma consternação por parte de alguns moradores, que estavam acompanhados de não mora-

dores. Gerou um questionamento do porquê a polícia estaria “lá dentro” verificando os moradores. Isso funciona para aqueles que estão dentro de “seu” espaço, mas não haveria problema em exigir dos de fora o mesmo. Entretanto, não são todos que consideram isso, alguns acham que a polícia nem deveria entrar lá. Evidencia-se que existe uma problematização quanto à liberdade de ocupação do espaço, uma resistência ao processo de murar por parte destes, mas que, por outro lado, existe a demanda de não ser perturbado por uma ordem pública. A liberdade de utilização do espaço serviria também para não ser perturbado pela segurança pública.

Em conversas com alguns moradores, em sua maioria entre 15-29 anos que ocupavam o espaço da rua do condomínio, percebo que eles não sabem direito quem defende o fechamento do espaço, mas, ao tratar desse assunto, apostam que seria “gente chata” e argumentam que o preço da taxa referente ao condomínio vai aumentar caso seja fechado. Falam, também, de “gente de fora” que ia ao ginásio poliesportivo do condomínio, até que ele foi alvo de tentativa de fechamento, a partir do

argumento de que estaria ocorrendo problemas como furtos de objetos e conflitos entre moradores, o que, entretanto, não é relatado por nenhum dos meus interlocutores. Até que, conforme decisão em assembleia, juntamente ao síndico, o acesso a tal espaço fica restrito somente aos cadastrados.

Esses conflitos de decisão quanto à utilização do espaço permitem operacionalizar uma contraposição à ideia de que os moradores de condomínios não utilizam seu espaço público. O que não é algo unívoco. Há diferentes tipos de percepção quanto à utilização do espaço por diferentes grupos de pessoas. Uma interlocutora uma vez afirmou pensar que as relações no espaço são muitas vezes desnecessárias, porque as pessoas não querem se encontrar, afirma que mesmo o modo de organização dos carros no conjunto de prédios que mora permite que as pessoas não precisem entrar em contato umas com as outras⁹. Já na maioria das vezes, o que vejo é um grande número de pessoas que circulam pelo espaço do condomínio, sendo muitas de fora que vêm visitar seus amigos. Até mesmo a causa mais levantada para que ocorresse o processo de fecha-

mento de mais um espaço é que há muitas pessoas que estão circulando no espaço. Além de algumas pessoas dizerem que, apesar de alguns problemas no condomínio, não o abandonam por conta de convivência que têm naquele espaço.

2.2 Notícias e apelo securitário

Gostaria de ressaltar que, pela leitura das revistas editadas pelo condomínio, é possível perceber o desejo de que haja mais segurança. Este discurso parece ter um grupo como interlocutor, o qual procura pressionar o grupo de moradores que não aceitam algumas decisões propostas pelo primeiro grupo em assembleias. O jornal parece ser elaborado de modo a fazer crer que o fechamento total é a melhor solução. Em algumas de suas edições, é possível perceber o apelo ao discurso securitário. Por exemplo, na primeira das edições dessa revista, a qual representa a entrada de um novo síndico e que circula a todos os moradores, há uma notícia cuja chamada é “Um condomínio mais seguro”, nela é informado que, com a entrada do novo síndico, “A identifi-

cação dos funcionários de segurança agora pode ser feita através da nova uniformização adotada pela administração”, o que foi aprovado pelos moradores em assembleia. A segurança agora não é mais terceirizada, e sim feita pelo próprio condomínio, durante 24 horas, com 4 funcionários, 6 pontos estratégicos, e dá mais algumas características que visam demonstrar como o trabalho será aprimorado.

No que se refere aos debates especificamente sobre o tema da segurança do condomínio, é visível a preocupação existente entre os moradores quanto a essa questão, nesse diálogo há uma mistura de diferentes faixas etárias, “I” tem 20 anos, “T”, 25, “P”, 35, “R”, 40:

I: O que vocês acham da segurança do portal? O que acham?

T: Péssima! Eu já reclamei com os seguranças da entrada da garagem do Millenium... é um absurdo! Pois meu pai e meu namorado SEMPRE conseguem entrar na garagem atrás de outro carro que está entrando, ou seja, se ELES conseguem entrar, qualquer outra pessoa entra também! Fora que outro dia, estava na piscina com meu namorado e, de

repente, vejo um amigo meu caminhando em nossa direção, perguntei a ele como ele tinha entrado e sabe o que ele disse? “Ah, o porteiro interfonou lá no seu apartamento, ninguém atendeu, aí ele disse pra eu entrar, pois vocês deveriam estar na piscina”. Pode? É um absurdo!

P: SEGURANÇA ZERO! Não adianta colocarem cerca elétrica, portão grade dupla (por sinal tá ficando horrível), câmeras espalhadas por todo o condomínio, porque a segurança maior depende dos porteiros, eles permitem a entrada de todo mundo. Sei que é impossível eles conhecerem todos os moradores, mas é uma atitude erradíssima, quando na dúvida eles perguntarem: VOCÊ É MORADOR? Oras, caso seja alguém mal intencionado, é simplesmente respondendo que SIM. Um fato que ocorreu recentemente: Eu não queria receber uma visita, tocou o interfone, eu simplesmente ignorei, mesmo assim o porteiro permitiu que a tal visita indesejada subisse e ficou tocando a campainha e batendo na minha porta? Pode uma coisa dessa? Na portaria central, também é falha, é lastimável, quantas vezes, a cancela quebra, então fica liberada a entrada de veículos pra todos.

[...]

Cheguei no condomínio hoje por volta das 7:30 horas da manhã, a cancela estava liberada, a mercê de todos. Isso é segurança?

R: Poderia ser melhor...

Acho que o P. tocou num ponto crucial, a segurança tem muitas falhas, mas ela poderia ser melhor se nós moradores fizéssemos a nossa parte. Mas infelizmente é mais fácil criticar a segurança do que ajudar a segurança. E carros na garagem e não moradores na piscina é só o começo!!!

Continuo afirmando que...

A segurança tem os seus defeitos, aliás, que não são poucos... Mas nós moradores não colaboramos muito... Todo dia que olho da sacada, vejo crianças correndo sobre a grama... Já vi crianças riscando paredes, jogando bola suja de lama nos espelhos dos elevadores, pessoas que deixam seus cachorros fazerem suas necessidades na garagem ou mesmo na grama ou colunas do térreo... E aí do segurança se ele chamar a atenção. Cabe uma pergunta: quem está errado?.

Os relatos destacados são do momento anterior à mudança de síndico e, portan-

to, de mudança de lógica na segurança. A propaganda do novo síndico é que, a partir de sua entrada na gestão do condomínio, a segurança será priorizada e bem cuidada, surtindo resultados positivos para o condomínio como um todo.

A recepção a esse discurso é ambígua. Muitos moradores dizem que, com a entrada desse tipo de segurança no espaço, o número de problemas que ocorria no condomínio diminuiu muito, as brigas entre moradores por conta de barulho, por exemplo, estão entre as coisas que apresentaram redução. No entanto, alguns moradores, que têm entre 18 e 25 anos, reclamam da violência dos seguranças em suas ações e afirmam que o número de conflitos entre os seguranças e moradores aumentou.

É interessante destacar o constante apelo para que os moradores estejam presentes nas futuras assembleias para que sejam decididos os novos rumos do condomínio, colocando em pauta “a aprovação de um sistema eficiente de acesso, a criação de normas para o estacionamento e a mudança na entrada dos visitantes”, visto que com a construção do *shopping*:

(...) nosso condomínio, que já está vulnerável pelo controle atual de acesso ineficiente, será o principal acesso dos usuários da CPTM que visitarão o *shopping*, passando pela nossa portaria (...). Outro item será a regulamentação das vagas locadas aos moradores e proprietários de veículos-táxi, mudando o estacionamento existente para frente da administração, dando maior conforto aos moradores e gerando receita para o condomínio. (Jornal do Condomínio out/2012).

Destaco uma das manchetes de jornal de circulação exclusiva do condomínio: “Controle de acesso sugerido pela atual administração é reprovado em assembleia”, nele se diz que o controle proposto para a entrada de carros, que visava desafogar o tráfego de veículos no condomínio e dar maior segurança aos moradores, era o de implementar o sistema de TAGs (Sem Parar) e estabelecer que os visitantes antes de entrarem no espaço deveriam ter autorização direta do morador ao qual iriam visitar. Isso foi negado, o que significaria a continuidade dos riscos para o condomínio, e então

Por esse motivo, a Administração atual insis-

te em chamar todos os moradores a participarem das assembleias e reuniões gerais, para que todos possam ajudar a melhorar a segurança de nosso condomínio, principalmente com a chegada do *shopping* [...] Como exemplo, podemos citar essa assembleia, cujos itens foram reprovados principalmente por procurações dos blocos 1 e 2. (set./2012)

Essas manchetes apontam, então, o exemplo de uma das fases que se fechou e conseguiu realizar algumas reformas que valorizaram seus imóveis. Os melhoramentos na infraestrutura são colocados como primordiais, justificando gastos. Houve mais discussões sobre o fechamento total – isso ocorre desde 2010 –, sendo negociado com a prefeitura, no momento em que estive em campo, sobre como seria resolvido o problema da rua pública que toma uma parte do condomínio. Então são solicitadas sugestões dos moradores para resolver tais problemas.

Quando alguns moradores, entre 15 e 25 anos, falam sobre isso, as respostas são as seguintes:

R: O que vocês acham dessa história de fechamento do condomínio? Veio na tal revisinha desse mês pra gente opinar... Eu sou contra. Vamos perder vagas que não temos. Começar a obra e correr o risco da prefeitura embargar, além de que de nada vai adiantar no quesito segurança....

X: É só para gastar dinheiro, como a catraca do mercado, aquele muro erguido e depois destruído.

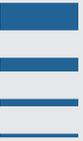
Há a ideia recorrente de fechamento dos conjuntos, com muros ou grades para manter a ordem, mas é possível perceber os discursos contrários a tal processo. Com isso retomo o argumento de Oliveira Júnior (2008), que faz referência ao modo como se analisa aquilo que acontece quando se percebe o aumento e proliferação dos condomínios fechados, levando em consideração os estudos sobre este fenômeno.

Nota-se que, não obstante o fato de que continue a funcionar, essa lógica totalizante já não tem mais a mesma eficácia. Dentre outras coisas, isso se dá porque seu efeito planificador torna inaudita a presença do outro. Não o elemento estranho e exterior ao

grupo, para o qual se deve atentar e do qual se deve resguardar, mas o outro que, no cotidiano, está dentro do próprio grupo, e, mais especificamente, dentro do próprio condomínio fechado. (OLIVEIRA Jr., 2008, p. 225)

Ou seja, é possível afirmar que, distante da concordância total sobre o fechamento, existem processos de demanda por segurança, característicos de processos de segregação – especial e simbólica – que puderam ser observados por diversos estudos. Entretanto, é fundamental destacar os processos de resistências, além das ambiguidades nos discursos que demandam pela segurança.

Em determinados casos, por exemplo, não se entende que, para constituir um lugar seguro, deve-se fechar o espaço. O que, na percepção de tal grupo, causaria maior possibilidade de insegurança. Em outros se tem a ideia de necessidade de exclusão dos “outros”, que podem causar a perturbação a uma ordem estabelecida. Essa ambiguidade é fundamental de destacar quando se pretende ressaltar que aquilo entendido como um lugar seguro – o que guarda relação com a percepção do medo do crime



- varia, tornando necessária a problematização do que se entende por apelo securitário. E mesmo sobre como se constituem os modelos de segurança.

E ao considerar os dados referentes à pesquisa que apresento, é central considerar a constituição de espaços de separação internos do condomínio. Quando grupos considerados homogêneos se distinguem entre si espacialmente (ELIAS, 2000), torna-se instigante pensar as relações de estabelecimento de grupos que podem ocupar determinados espaços ou não. Isto ocorre anteriormente à demanda de construção, por parte de um grupo, de um muro que impeça a entrada de outros “outros”. Poder-se-ia colocar em questão, considerando este dado, quais seriam os aspectos que justificariam a separação simbólica entre diferentes moradores? Bem como de que modo isso pode influenciar os diferentes tipos de discursos referentes ao processo de fechamento do condomínio.

Demonstrar que existe o conflito foi o interesse deste artigo. Assim, a exposição acerca do aspecto urbano me auxiliou a contextualizar o momento de expansão de um tipo de empreendimento de habitação

e também, a partir dela, se tornou possível pensar quais são as questões que levam à consolidação deste processo, entendido como sendo central o medo do crime. Com isso em vista, procurei questionar se o processo que analisava tinha a mesma relação com o medo do crime, se seria este o fator motivador do fechamento do conjunto de prédios.

Ao apresentar a questão da percepção do medo do crime, procurei ressaltar que essa varia conforme diversos fatores. Pode-se refletir acerca da questão etária, da localização, das experiências sociais conformadas na vivência de grupos sociais distintos. Isso pode ser valorizado quando problematizo os diferentes discursos que pautam diversas formas de considerar um espaço enquanto seguro, ou quanto à liberdade de utilização de um espaço. Assim é fundamental para minha conclusão pautar a ideia de processos que envolvem a discussão acerca dos modelos de segurança não são unívocos, mas envolvem conflitos.

Referências

ADORNO, S.; LAMIN, C. Medo, violência e insegurança. In: LIMA, R. C; PAULA, L. de (Orgs.). **Segurança pública e violência: o Estado está cumprindo seu papel?** São Paulo: Contexto, 2006.

BECKER, H. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.** São Paulo: EdUSP/ Ed. 34, 2000.

_____. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, p. 155-176, 1997.

CHESNAIS, J. C. **Histoire de la violence en Occident de 1800 à nous jours.** Paris: Edition R. Laffont, 1981.

CUBAS, V. O. **A Expansão das Empresas de Segurança Privada em São Paulo.** Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

DEGOUTIN, S. **Prisonniers volontaires du rêve américain.** Paris: Éditions de la Villette, 2006.

ELIAS, N. **Os estabelecidos e os outsiders.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

LAGRANGE, H. **La civilité à l'épreuve: crime et sentiment d'insecurité.** Paris: PUF, 1995.

MISSE, M. (Org.) Sobre a construção social do crime no Brasil: esboços de uma interpretação. In: _____: **Acusados e acusadores: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações.** Rio de Janeiro: Revan, 2008. p. 13-32. Capítulo 1.

MUCCHIELLI, L. **La frenesi sécuritaire: retour à l'ordre et nouveau controle social.** Paris: Éditions La Découverte, 2008.

ROBERTS, A. M. S. **Cidadania interdita: um estudo de condomínios horizontais fechados (São Carlos – SP).** Dissertação de Mestrado, Campinas, 2002.

MAGNANI, J. G. C. **Festa no pedaço**: cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Unesp, 1998. v. 2.

MARTINS, M. **Condomínios Habitacionais Fechados e Qualidade de Vida**: uma discussão sobre a cidade. Disponível em: <<http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/164.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2011.

OLIVEIRA Jr., H. R. de. Reflexões sobre o estudo da proliferação dos condomínios fechados: críticas e sugestões. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, n. 20, 2008.

ROLNIK, R. **Folha explica**: São Paulo; São Paulo: Editora Folha, 2001.

SILVA, L. O. **A reabilitação do centro de São Paulo**. Encontros da ANPUR, Bahia, *Anais*, Anais: Encontros Nacionais da ANPUR, 2005. v. 11 (2005) 21 p.

WHYTE, W. F. **Sociedade de Esquina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.